
Tempos modernos?

Modern times?

Rita Brandão¹
rccbrandao@hotmail.com

Mário José Filho²

Resumo

Este trabalho visa discutir questões relacionadas ao Serviço Social a partir da análise das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade. Atualmente vivemos um novo ciclo econômico e o surgimento de uma nova questão social resultante de um novo modo de produção que tem produzido no mundo contemporâneo diferentes formas no padrão de acumulação. Com todas estas transformações ocorreu a redução do papel do Estado, o que provocou a instalação e o crescimento da instabilidade e fragilidade na vida do trabalhador brasileiro. Paradoxalmente, em lugar de garantia na agenda governamental de mecanismos de implementação de política de pleno emprego e políticas sociais universais, ocorreu a supremacia de políticas residuais, casuais, seletivas ou focalizadas na pobreza extrema, como forma de amenizar os impactos resultantes da política neoliberal. Na realidade com o advento de tantas mudanças ocorridas nas relações de trabalho no mundo, o assistente social vem se deparando com novas estratégias de intervenção que exigem mais qualificações do profissional e maior intimidade com as novas formas de gerenciamento, não restringindo sua prática somente aos escassos benefícios assistenciais. Exige uma indissolúvel articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional.

Palavras-chave: serviço social, neoliberalismo, política social.

Abstract

This paper discusses issues related to social work on the basis of an analysis of the changes that are taking place in the contemporary world of labor. At present we are experiencing a new economic cycle and the emergence of a new social issue resulting from a new mode of production that has determined distinct patterns of capital accumulation. All these changes entailed a reduction in the role of the state, which has caused the establishment and growth of instability and fragility in the lives of Brazilian workers. Paradoxically, the governmental agenda has changed its priorities. Instead of guaranteeing mechanisms to implement policies of full employment and universal social policies, there has been a predominance of residual policies, which are either selective or focused on extreme poverty, as a mechanism to minimize the impact resulting from neoliberal policies. In fact, with the advent of such changes in the world of labor social workers are facing the need to develop new strategies of intervention, which require more professional competence and a better knowledge of new forms of management, rather than restricting their practice to the scarce social benefits. It is necessary to establish an indissoluble link between the profession, knowledge and reality, with includes an emphasis on investigative activities as tools for adequate social interventions.

Key words: social work, neoliberalism, social policy.

¹ Assistente Social da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social do Município de Ribeirão Preto / Doutoranda em Serviço Social da UNESP/Franca.

² Professor Doutor do Departamento de Serviço Social e Pós- Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus de Franca.

Apresentação

Este trabalho visa discutir questões relacionadas ao Serviço Social a partir da análise das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade.

Atualmente vivemos um novo ciclo econômico e o surgimento de uma nova questão social resultante de um novo modo de produção que tem produzido no mundo contemporâneo diferentes formas no padrão de acumulação. Com todas estas transformações ocorreu a redução do papel do Estado, o que provocou a instalação e o crescimento da instabilidade e fragilidade na vida do trabalhador brasileiro. Paradoxalmente, em lugar da garantia na agenda governamental de mecanismos de implementação de política de pleno emprego e políticas sociais universais, ocorreu a supremacia de políticas residuais, casuais, seletivas ou focalizadas na pobreza extrema, como forma de amenizar os impactos resultantes da política neoliberal.

O Estado neoliberal provocou o surgimento e a sedimentação de um fenômeno social resultante do desemprego associado à precarização das relações de trabalho. Com isso está surgindo um novo conceito de pobreza, relativo aos desempregados de longa duração que vão sendo maciçamente expulsos do mercado de trabalho. Concomitantemente a essa expulsão, os jovens, vítimas deste sistema, não conseguem entrar nele e passam a ser alvo da conjuntura econômica e da crise do desemprego. Estes grupos excluídos, assim chamados, são de fato conceituados erroneamente, visto que o termo “exclusão” pressupõe o seu contraponto, que é a inclusão, e nesses grupos o excluído, freqüentemente, nunca esteve incluído.

Observa-se que o desemprego estrutural normalmente impulsiona o crescimento de programas sociais. Não obstante, a realidade tem demonstrado ser um engano crasso este raciocínio porque nele reside um questionamento intrínseco, qual seja, como aumentar programas sociais se a demanda do capital é direcionada para a garantia de lucros exorbitantes e estes, dentro da lógica de acumulação, indicam a diminuição nos investimentos sociais? Qual é o papel do Serviço Social nestas questões? Não temos aqui a pretensão de encontrar respostas ou fornecer manuais para o trato delas, mas refletir, analisar e buscar formas de abordagem destes questionamentos que nos indiquem o caminho correto.

Desenvolvimento

O trabalho faz parte da vida do ser humano, em um sentido amplo, pois se relaciona com a sua capacidade de criação. Conforme Castel (1998), “a necessidade do trabalho está inscrita num complexo que se poderia chamar de antropológico – indissociavelmente religioso, moral, social e econômico – que define a condição popular em sua oposição às condições privilegiadas”.

A história humana é caracterizada pela reprodução biológica e pela transformação da natureza, isto é, pelo trabalho, e a partir

daí pelas relações sociais que estabelece. Segundo, Marx e Engels (in Lessa, 1996) indicam que o trabalho é um processo de interação entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua apropriação, faz a mediação, controla e, como tal, regula o seu metabolismo com a natureza.

Tendo como categoria fundante o trabalho, a teia social começa a tecer-se na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, levando o processo reprodutivo da sociedade a se tornar cada vez mais complexo.

Segundo Lukács (in Lessa, 1996), o trabalho produz o novo que impulsiona a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade. Contudo, esta não é a regra em dadas situações históricas. Mediações e complexos sociais podem dificultar ou congelar o desenvolvimento humano. Um exemplo de como uma mediação social impulsionadora de desenvolvimento genérico pode converter-se em um obstáculo ao avanço da sociabilidade é o capital. Os obstáculos ao desenvolvimento humano são o que autor denomina de alienação.

No mundo do trabalho do capitalismo contemporâneo verifica-se uma dualidade, onde, de um lado, assiste-se a uma diminuição da classe operária industrial tradicional, principalmente nos países de capitalismo avançado, e, de outro lado, a uma expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços. Mudanças se efetivaram na área dos direitos do trabalho e alterações qualitativas vêm sendo desencadeadas neste campo, ocasionando formas de trabalho, mas não a sua extinção. De qualquer forma conquistas históricas vêm sendo quebradas. Surgem, com isso, uma readequação e redefinição do papel do trabalhador, provocando, assim, uma modificação nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, suas formas de representação sindical e política.

O resultado dessas transformações faz do trabalho o centro das ocorrências que impõem uma nova ordem social. De um lado, reforça a lógica do capital, posto que tem em si a manutenção do sistema de acumulação de riquezas. Do outro, o trabalhador, desprovido das condições necessárias à demanda atual, não encontra mais trabalho.

Tais mudanças podem ser percebidas no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, no lugar e sentido atribuídos ao trabalho, na formação da sociabilidade e da identidade. Outra face das metamorfoses do trabalho nas sociedades contemporâneas diz respeito aos paradigmas produtivos, onde os padrões organizativos baseados na rigidez e centralização estariam sendo modificados com a introdução de formas de gestão do trabalho e da produção mais flexíveis e descentralizadas. A flexibilização da organização do trabalho e a importância das rela-

ções familiares não se opõem à padronização e à produção em massa.

Um dos resultantes dessas políticas concentracionistas de capital, renda e poder no país tem sido o agravamento da questão social, que tem no desemprego e no subemprego suas mais nítidas expressões. Assim, certos processos de trabalho recebem a influência da produção flexibilizada e de algumas modalidades de organização do trabalho, dentre as quais destaca-se a reengenharia. Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve conseqüências enormes no mundo do trabalho (Antunes, 1995). Reengenharia é um esforço organizado, conduzido de alto a baixo em uma companhia, com o objetivo de rever e, tanto quanto possível e necessário, reformular completamente seus principais processos de trabalho, de forma a conseguir melhorias anormalmente expressivas, no que diz respeito ao aumento da produtividade, à qualidade dos serviços ou produtos e à eficiência do atendimento ao cliente. Em outras palavras, fazer a reengenharia é reinventar a empresa, desafiando suas doutrinas, práticas e atividades existentes, para, em seguida, redesenhar seus recursos de maneira inovadora, em processos que integram. O que faz a reengenharia ou reengenharia dos processos é automatizar os processos de trabalho da forma como estão projetados. Assim, a idéia básica da reengenharia é o redesenho dos processos de trabalho.

Antunes (1995) destaca algumas das conseqüências que a reengenharia trouxe para o mundo do trabalho, como a redução do proletário fabril estável, incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços terceirizados, subcontratados, *part-time* e o aumento do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho dos países centrais, inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, entre outros.

A introdução do paradigma da reengenharia nas administrações visa a um maior índice de produtividade, com custo baixo, adequando-se, assim, à lógica do mercado. Além disso, o capitalismo conta com os avanços tecnológicos (robotização e informática), o que contribui para o agravamento do excedente da força de trabalho. Entre as *estratégias* para garantir tal desenvolvimento destacam-se: as tecnologias de produção e de informatização (reduzoras da força de trabalho); nova organização (reengenharia), combinando fusões de setores em grande áreas de negócio, autônomas operacionalmente porém centralizadas no controle dos resultados e políticas sociais; novas estratégias de gestão da força de trabalho e construção de uma cultura consonante com os valores de competitividade e produtividade a qualquer custo; investimento em imagem externa e interna. O ônus dessa política

passou a ser pago quase que exclusivamente pelos trabalhadores, sobretudo na ex-estatal privatizada e na empresa privada. Ele é expresso no desemprego em massa, na ampliação da subcontratação, na intensificação do trabalho, nas perdas salariais, de direitos coletivos e da saúde. Tal custo identifica a desestruturação social que acompanha a reestruturação produtiva, tendo sido facilitada pelas políticas neoliberais, cada vez mais acintosamente favoráveis ao capital e restritivas para os trabalhadores.

O poder destrutivo da reestruturação produtiva é manifestado numa série de perdas para o trabalhador, evidenciando-se, em primeiro lugar, na expulsão massificada do emprego.

A primeira evidência dessa diferença é constatada no quantitativo das demissões verificadas após os processos de reestruturação. Dados de uma recente pesquisa Datafolha nos permitem ilustrar melhor essa cadeia quadro com algumas verificações numéricas. Entre 1996 e 2001 o número de maiores de 16 anos sem ocupação e buscando emprego, em números redondos, passou de 4 milhões para 12,7 milhões, ou seja, aumentou mais de três vezes. O número de empregos regulares, face à legislação trabalhista, caiu em termos relativos de 40% da População em Idade Ativa (PIA) para 26%. E a remuneração média do trabalhador com registro é 40% superior ao do trabalhador sem carteira, mas com alguma qualificação (“o biscateiro”) e 90% acima da remuneração alcançada pelo menos qualificado. A taxa de desemprego dos jovens atingiu 14,4% da população economicamente ativa em 2003, segundo o estudo “Tendências globais do emprego para a juventude 2004”, divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Essa taxa representa um aumento de 26,8% em relação à taxa de desemprego de 1993.

O estudo mostra que as taxas de desemprego de jovens em 2003 foram mais altas no Oriente Médio e Norte da África (25,6%), seguidos da África Sub-Saariana (21%), economias em transição (18,6%), América Latina e Caribe (16,6%), Sudeste da Ásia (16,4%), Sul da Ásia (13,9%), economias industrializadas (13,4%) e Oeste da Ásia (7%). De acordo com o estudo, o crescimento do número de pessoas jovens está superando a capacidade das economias de prover emprego para eles.

O relatório também afirma que a taxa de participação dos jovens na força de trabalho diminuiu no mundo como um todo em cerca de 4 pontos percentuais na última década.

Com isto, vive-se hoje uma terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, mudanças tecnológicas radicais envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora dos seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova

pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho.

Na sociedade brasileira esse quadro assume conotações particulares e mais graves, visto que o desemprego resultante das novas tecnologias soma-se ao persistente desemprego estrutural, às relações presididas pela violência, à luta pela terra, ao trabalho noturno, às relações de trabalho clandestinas, ao trabalho escravo.

O que assistimos é o capital ser canalizado para o setor financeiro em detrimento do setor produtivo, favorecendo o crescimento da economia especulativa. Neste quadro as políticas neoliberais são sustentadas com a satanização do Estado, que é tido como incapaz, ineficiente, responsável por todos os infortúnios da sociedade capitalista. Por outro lado, é exaltada a iniciativa privada, vista como esfera da eficiência, da probidade e da austeridade, para justificar as políticas das privatizações. Estes resultados levaram à flexibilização das relações de trabalho, ao desemprego, ao aumento da exclusão social, da violência e acirraram a discussão em torno do papel do Estado, como Estado mínimo.

Neste contexto mediatizado por alterações políticas, sociais e econômicas se encontra o Serviço Social como profissão, inserido neste processo de mudanças que estão ocorrendo na América Latina e no mundo. É óbvio que o Brasil é profundamente atingido pelas transformações originadas pela globalização dos mercados e pelo fenômeno do neoliberalismo, que proclama a redução dos encargos do Estado para minimizar os custos, entre eles os recursos destinados à implementação das políticas sociais. Portanto, há cada vez mais uma maior redução das responsabilidades do Estado pela seguridade social e pelos direitos sociais da população. Temos um Estado voltado para o setor econômico, globalizado e descentralizado, onde se faz o mínimo para atender às reais necessidades sociais e se aniquila qualquer horizonte que altere o nível de desemprego e a miserabilidade que se instalou no Brasil.

O Serviço Social, na efervescência dos anos 1990, contrapondo-se a tal fenômeno, traz, via seu projeto ético e político, a prioridade e a busca pela qualidade dos serviços prestados, coloca em evidência a ética da profissão, engloba toda uma dimensão política, econômica e social que vem determinando a condição de vida do “homem”, e tem influência direta na prática profissional do assistente social, delineando assim um novo perfil profissional. Pensar a ação do serviço social na atualidade supõe abordar a questão da democracia, cidadania, do direito, da equidade e do poder e reconhecer que as alterações que ocorrem no país são resultados de determinações sócio-históricas as quais permeiam a sociedade brasileira. Segundo Faleiros (2000),

a cidadania compreende o reconhecimento dos indivíduos e coletivos como sujeitos na construção da história, pela participação política, pelo exercício da autonomia e pela garantia que lhes é dada, num Estado de Direito, das condições e meios de vida tanto quanto direitos individuais, quanto direitos políticos, direitos sociais e direitos ao meio ambiente saudável e a bioética. A reprodução da força de trabalho e do processo de acumulação, assim, se implica na rede da cidadania.

Esta realidade leva o Serviço Social a procurar novos rumos, ou seja, trazer para si maiores responsabilidades, através da criação e otimização de novas propostas de atuação que tragam respostas concretas às demandas sociais. A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional do assistente social, afetando as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. Em um segundo momento, procura-se a recuperar alguns dos recursos e forças teóricas e éticas-políticas, acumulados a partir dos anos 80, para enfrentar esses desafios, trabalhando especificamente o processo de trabalho em que se insere o assistente social – ou seja, a prática do serviço social e as alternativas éticas-políticas que se colocam hoje ao exercício e à formação profissional crítica e competente.

Pressupostos para a análise da profissão hoje: alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade: não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o serviço social para melhor apreende-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais, como precondição para que se possa captar novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo alternativas de ação.

Verificam-se aqui novas determinações da esfera de trabalho do assistente social, que requerem, segundo indica Iamamoto (1998), um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executiva, mas que possa analisar, pesquisar e decifrar a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (Iamamoto, 1998).

Nesta perspectiva a busca é por um profissional sintonizado com as transformações pelas quais passa a sociedade e que consiga visualizar as relações estabelecidas entre os homens frente ao modo de produção atual. É mister notar que a base organizacional do exercício profissional, dependente das organizações públicas e privadas atuantes no campo das políticas sociais, está sofrendo mudanças de forma, como já foi as-

sinalado acima, decorrentes das orientações privatistas da esfera estatal, casadas às novas formas de gestão e controle da força de trabalho, requeridas pelas mudanças tecnológicas e da organização do trabalho no processo produtivo (Iamamoto, 1998).

Este processo de reestruturação do trabalho advindo de restrições de recursos e benefícios estatais para a área social, além de novos aparatos tecnológicos, constitui-se em fator desencadeante das mutações nas atividades tradicionalmente atribuídas ao assistente social. Na realidade, com o advento de tantas mudanças ocorridas nas relações de trabalho no mundo, o assistente social vem se deparando com novas estratégias de intervenção que exigem mais qualificações do profissional e maior intimidade com as novas formas de gerenciamento, não restringindo sua prática somente aos escasos benefícios assistenciais. Exige-se uma indissolúvel articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional. Conforme aponta Guerra (1999), se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações, elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais; assim, na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas.

Considerações finais

As novas realidades apresentadas pelo mundo atual indicam um predomínio de aspectos criados pelo sistema capitalista, mudando substancialmente as relações capital x trabalho. O resultado conjunto dessas transformações faz do trabalho o centro de ocorrências que impõem uma nova ordem social. De um lado, reforça a lógica do capital, posto que tem em si a manutenção do sistema de acumulação de riquezas. Do outro, o trabalhador, desprovido das condições necessárias à demanda atual, não encontra mais trabalho. A sociedade brasileira caminhou, nos últimos 20 anos, do problema da desigualdade social para o da exclusão. Este é um sintoma, entre outros, das mudanças em sua estrutura e dinâmica social. Anteriormente, as lutas operárias tinham como consequência ampliar o número de componentes da classe trabalhadora. O conflito capital x trabalho, que tudo ordenava, tende a ficar restrito aos incluídos, pois não apenas mudou a estrutura, como também a dinâmica social. Estas duas mudanças nos obrigam a pensar distintamente a questão da modernidade ética.

As questões sociais apresentadas pela nova divisão do trabalho, a reestruturação produtiva no Brasil inicia impõem desafios aos profissionais assistentes sociais, que necessitam

efetuar uma nova leitura dos processos dinâmicos que determinam as relações de trabalho. Acompanhar os processos sociais passa a ter significado diferenciado para a profissão, uma vez que se encontra estabelecida no processo de produção/reprodução das relações sociais (Iamamoto 1998).

Cotidianamente nos deparamos com a exclusão social, cuja característica é ser multifacetada e possuir uma relação direta com a precarização do trabalho, a questão do desemprego e as perdas de toda ordem: afetivas, materiais, familiares, de identidade, etc. Torna-se necessária a reformulação dos padrões da produção que está apoiada na facilidade de encontrar mão-de-obra barata em países onde o movimento sindical esfacelado já não exerce sua operacionalidade. A perda da força do movimento sindical concorreu em larga escala para o alargamento das faixas de desempregados, consolidando a perda de condições dignas para a sobrevivência.

Esses fatores impulsionaram, de forma crescente, o agravamento de determinadas questões, gerando o aumento da exclusão social. Pode-se dizer que o crescimento econômico deveria ser o suporte para o aumento do bem-estar da população, reduzindo a miséria e determinando o decréscimo das exclusões a que os homens vêm se submetendo nesse final de século. No entanto, enquanto as duas linhas que debatem as questões relacionadas à exclusão social – o individualismo e o estruturalismo – não encontram patamares de eficácia referentes à minimização desse problema, o resultado vai se configurando como acréscimo dos níveis de pobreza e de miséria.

As forças que asseguram as estratégias da globalização, ou seja, os países cuja estrutura de dominação dita as regras do jogo, permanecem exercendo força contrária a projetos sociais e econômicos que possam atender às demandas da sociedade em detrimento do mercado. A proposta de uma organização socioeconômica que privilegie a cooperação e as relações econômicas solidárias é alternativa plausível para a recuperação do livre exercício que todo homem tem de exercer para organizar-se construindo as bases de sua vida econômica e social.

Este é o desafio que está sendo apresentado para cada um de nós que pretende contribuir para redirecionar o desenvolvimento nacional, sonha com uma sociedade mais justa e acredita nessa possibilidade.

Neste prisma, o Serviço Social somente conseguirá garantir seu avanço frente as bases do pensamento conservador e característico da “modernidade” se puder e aprofundar a direção dos movimentos sociais que foi empreendida nessas duas décadas. Mais do que manter a categoria profissional deve “revelar uma dupla coragem cívica e intelectual” (Netto, 1996).

Finalizamos citando uma reflexão de Yasbek (2000), que aponta ser preciso reiterar que a reafirmação das bases

teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrado na tradição marxista, não pode implicar a ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas, embora possam e devam ser criativas e competentes.

Referências

- ANTUNES, R. 1995. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez.
- BUARQUE, C. 1993. *O que é apartação. O apartheid social no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTEL, R. 1998. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- CERQUEIRA F. G. 1982. *A questão social no Brasil. Crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COUTINHO, C. N. 1997. Notas sobre cidadania e modernidade. *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*, 1.
- DEMO, P. 1998. *O charme da exclusão social*. Campinas, Autores Associados. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 61).
- FALEIROS, V. P. 1985. *Saber profissional e poder institucional*. 5ª ed., São Paulo, Cortez.
- FALEIROS, V. P. 2000. *A política social do estado capitalista*. 8ª ed., São Paulo, Cortez.
- FOLHA de S. Paulo 04/04/2001. Caderno Cotidiano.
- FOLHA *on line* 29/03/2004. Dinheiro
- GUERRA, Yolanda. 1999. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- IAMAMOTO, M. V. e PONTES. 1982. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez.
- IAMAMOTO, M. V. 1998. *O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez.
- IAMAMOTO, M. V. 1992. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico*. São Paulo, Cortez.
- LESSA, S. 1996. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço Social e Sociedade*, 52.
- NETTO, J. P. 1996. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, 50.
- NETTO, J. P. 1994. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- PONTES, R. 1995. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- SILVA S. M. O. (coord.). 1995. *O Serviço Social e o popular resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo, Cortez.
- SINGER, P. 1998. *Globalização e desemprego*. São Paulo, Contexto.
- YAZBEK, M. C. 1993. *Classes subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez.